



Brasil Central Energia Ltda

Demonstrações financeiras individuais

Em 31 de dezembro de 2023

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.956	19.883	Fornecedores	9	410	126
Contas a receber	6	2.127	5.261	Arrendamento		-	83
Estoques		733	678	Impostos e contribuições a recolher	10	649	828
Outros ativos		<u>679</u>	<u>396</u>	Outras contas a pagar		<u>134</u>	<u>108</u>
Total do ativo circulante		<u>37.495</u>	<u>26.218</u>	Total do passivo circulante		<u>1.193</u>	<u>1.145</u>
Imobilizado	7	49.906	69.796	Arrendamento		-	110
Intangível	8	<u>16.269</u>	<u>162</u>				
Total do ativo não circulante		<u>66.175</u>	<u>69.958</u>	Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>110</u>
				Patrimônio Líquido	11		
				Capital social		7.300	7.300
				Reservas de lucro		<u>95.177</u>	<u>87.621</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>102.477</u>	<u>94.921</u>
Total do ativo		<u>103.670</u>	<u>96.176</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>103.670</u>	<u>96.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	12	<u>18.056</u>	<u>57.741</u>
Custos Operacionais	13	<u>(12.239)</u>	<u>(12.868)</u>
Resultado bruto		<u>5.817</u>	<u>44.873</u>
Despesas administrativas	14	<u>(218)</u>	<u>(35)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>5.599</u>	<u>44.838</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		3.262	1.114
Despesas financeiras		<u>(127)</u>	<u>(68)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>3.135</u>	<u>1.046</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	16	<u>8.734</u>	<u>45.884</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(1.178)</u>	<u>(2.172)</u>
Resultado do exercício		<u><u>7.556</u></u>	<u><u>43.712</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	7.556	43.712
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>7.556</u>	<u>43.712</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Total
	Capital Social	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300	43.909	-	51.209
Resultado do exercício	-	-	43.712	43.712
Destinações:				
Reserva de retenção de lucros	-	43.712	(43.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.300	87.621	-	94.921
Resultado do exercício	-	-	7.556	7.556
Destinações:				
Absorção de prejuízo	-	7.556	(7.556)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.300	95.177	-	102.477

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<i>Notas</i>	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		8.734	45.884
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	7	3.519	2.899
Baixa de ativo imobilizado	7	229	-
Depreciação de arrendamento		-	99
Juros de arrendamento		-	19
Baixa direito de uso arrendamento		(31)	-
		12.451	48.901
Variações em :			
Estoques		(55)	(32)
Contas a receber		3.134	302
Outros ativos		(283)	(155)
Fornecedores		(114)	(469)
Salários, provisões e contribuições sociais		(20)	(71)
Impostos e contribuições sociais a recolher		175	(224)
Encargos setoriais		9	-
Outras contas a pagar		36	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.130)	(1.931)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		14.203	46.321
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos		-	-
Obrigação com aquisição de investimento		-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	7	(130)	(246)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(130)	(246)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento		-	(114)
Fundos vinculados		-	2.430
Dividendos pagos		-	(30.938)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		-	(28.622)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		14.073	17.453
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		19.883	2.430
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		33.956	19.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Brasil Central Energia Ltda. (“Companhia”) é uma empresa de capital fechado que tem por objeto: a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Brasil Central (“PCH”), a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH e a comercialização de crédito de carbono.

A Brasil Central é titular da outorga para exploração da pequena central hidrelétrica de Sacre II, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, com contrato vigente até junho de 2039. Com uma capacidade instalada de aproximadamente, de 30,00 MW/h.

1.1 Concessão

PCH	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Concessão	
				(MW)	Início	Término
SACRE II	MT	Produtor Independente	Concessão	30	18/12/2002	14/09/2036

Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 30 meses, ao valor de R\$ 16.391. Com base

nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu novo ajuste de R\$ 2.157, bem como extensão de 35 meses na sua respectiva outorga.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não financeiro de extensão de outorga reconhecido pela Sociedade totalizou R\$18.548.

Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou a liquidação do passivo referente contas a pagar risco hidrológico no montante de R\$28.388.

Venda de energia

O resultado de 2023, foi marcado por uma dinâmica de preços, visando majoritariamente o suprimento interno, que levou em consideração a continuidade das operações e investimentos necessários para as operações das usinas hidrelétricas. O mercado externo, foi devidamente impactado ao cenário energético marcado pela alta disponibilidade de recursos hídricos, trazendo o preço para baixo. Com isso, o volume de energia negociado em 2023 gerou uma Receita Líquida de R\$ 18.056, o que representa uma redução 69% em relação ao ano anterior.

1.2 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta passivo circulante positivo no montante de R\$ 36.302 (R\$ 25.073 em 31 de dezembro de 2022).

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes

próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar e dividendos a pagar.

a) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

b) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo

custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

c) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos diferenciados aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Método de depreciação

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadrados nos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

e) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, assim como através de

Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

k) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

n) Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas

Determinadas novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, mas não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham impacto material sobre a Companhia no exercício corrente ou nas futuras demonstrações financeiras.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

- Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Partes relacionadas: apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas;

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários a vista	898	7.286
Aplicações financeiras	<u>33.058</u>	<u>12.597</u>
	<u>33.956</u>	<u>19.883</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 99,00% e 99,71% da variação do CDI, respectivamente nos anos 2023 e 2022.

6 Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias	317	5.016
Partes relacionadas	<u>1.810</u>	<u>245</u>
	<u>2.127</u>	<u>5.261</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as políticas da Companhia.

Em outubro de 2022 a CSN assumiu o controle da Companhia e passou a fornecer energia exclusivamente para suas partes relacionadas ocasionando a redução dos montantes a receber de terceiros e aumento de contas a receber de partes relacionadas.

Composição dos saldos por vencimento em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos a vencer	1.983	5.117
Saldo vencido até 30 dias	<u>144</u>	<u>144</u>
	<u>2.127</u>	<u>5.261</u>

7 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Transmissão e distribuição	Estoque ativo fixo	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2021	281	26.743	16.436	16.266	-	11.607	610	831	72.774
Adições	-	-	-	-	-	-	233	13	246
Transferência para serviço	-	-	-	614	-	-	-	(614)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	327	-	(327)
Reclassificação	-	-	(14.279)	14.279	-	-	-	-	-
Depreciação	(7)	(783)	(148)	(1.420)	-	(541)	-	-	(2.899)
Em 31 de dezembro de 2022	274	25.960	2.009	29.739	-	11.066	516	230	69.794
Adições	-	-	-	-	-	-	-	130	130
Transferência para serviço	661	-	-	-	-	(661)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	(229)	(231)
*Reclassificação	-	(17.748)	-	(57)	57	-	-	-	(17.748)
Depreciação	(429)	298	(43)	(1.676)	(4)	(185)	-	-	(2.039)
Em 31 de dezembro de 2023	506	8.510	1.966	28.006	53	10.220	514	131	49.906
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	1.111	18.251	4.652	62.243	102	22.156	514	131	109.159
Depreciação acumulada	(605)	(9.741)	(2.686)	(34.237)	(49)	(11.936)	-	-	(59.254)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	506	8.510	1.966	28.006	53	10.220	514	131	49.906

(*) Em 2023 os valores referentes a repactuação do GSF alocados na rubrica de Reservatórios, barragens e adutoras foram reclassificados para o Intangível.

8 Intangível

	Repactuação GSF	Softwares	Direito de uso - Locação de veículos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	261	261
Depreciação	-	-	(99)	(99)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	162	162
Baixas	-	-	(162)	(162)
*Reclassificação	17.749	-	-	17.749
Amortização	(1.480)	-	-	(1.480)
Em 31 de dezembro de 2023	16.269	-	-	16.269
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	18.548	12	-	18.560
Depreciação acumulada	(2.279)	(12)	-	(2.291)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	16.269	-	-	16.269

(*) Em 2023 os valores referentes a repactuação do GSF alocados na rubrica de Reservatórios, barragens e adutoras foram reclassificados para o Intangível.

9 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	410	126
	410	126

10 Impostos e contribuições a recolher

10.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	146	381
Contribuição Social	73	193
	219	573

10.2 Impostos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	13	32
COFINS	60	149
Tributos Federais Retidos na Fonte	20	25
Tributos Estaduais Retidos na Fonte	327	26
Tributos Municipais Retidos na Fonte	9	23
	<u>430</u>	<u>255</u>

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Sociedade é de R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais), dividido em 7.300.000 (sete milhões e trezentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, de titularidade da sócia única Topázio Energética S.A

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Capital Social Total	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Capital Social Total
Topázio Energética S.A	7.300.000	100,00%	7.300.000	7.300.000	100,00%	7.300.000

12 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	22.652	59.046
Outras receitas	7	987
Total receita bruta	<u>22.659</u>	<u>60.033</u>
Deduções		
(-) PIS	(123)	(384)
(-) COFINS	(566)	(1.770)
(-) ICMS	(3.792)	(35)
Taxa de Fiscalização	(122)	(103)
Total deduções	<u>(4.603)</u>	<u>(2.292)</u>
Total receita líquida	<u>18.056</u>	<u>57.741</u>

Em outubro de 2022 a CSN assumiu o controle da Companhia e passou a fornecer energia exclusivamente para suas partes relacionadas ocasionando a redução da receita de operações com energia e aumento da despesa com ICMS de substituição tributária.

13 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(819)	(798)
Custo energia comprada	-	(684)
Materiais	(741)	(383)
Serviços de Terceiros	(4.627)	(4.740)
Arrendamentos e Aluguéis	(204)	-
Seguros	(371)	(537)
Tributos e taxas	(1.957)	(1.804)
Depreciação	(2.039)	(2.900)
Amortização	(1.480)	(98)
Gastos Diversos	(1)	(924)
	<u>(12.239)</u>	<u>(12.868)</u>

14 Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de Terceiros	(192)	-
Tributos	(25)	(34)
Gastos Diversos	(1)	(1)
	<u>(218)</u>	<u>(35)</u>

15 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	3.262	1.114
Total receitas financeiras	3.262	1.114
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	-	(19)
Juros e multas	(127)	(30)
Atualização monetária	-	(19)
Total despesas financeiras	(127)	(68)
	3.135	1.046

16 Imposto de renda e contribuição social

A Controladora apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social a pagar de acordo com o regime do “lucro presumido”. Neste regime, o lucro operacional tributável é Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a: i) 8% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) do faturamento da Companhia acrescido de outras receitas operacionais para fins de imposto de renda; e ii) 12% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) da mesma base tributável para fins de contribuição social.

O Imposto de Renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A Contribuição Social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Conseqüentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido do adicional de 10%, sobre o excedente a R\$ 240. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável e recolhido trimestralmente, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ		
Receita bruta sujeita a 8%	18.860	59.046
Lucro presumido 8%	1.509	4.724
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	1.826	1.119
Base de cálculo do IRPJ	3.335	5.842
IRPJ 15%	499	874
IRPJ adicional 10%	310	560
Total a pagar IRPJ	(810)	(1.434)
CSLL		
Receita bruta sujeita a 12%	18.860	59.046
Lucro presumido 12%	2.263	7.086
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	1.826	1.119
Base de cálculo da CSLL	4.089	8.204
CSLL 9%	368	738
Total a pagar CSLL	(368)	(738)
Total IRPJ e CSLL	(1.178)	(2.172)

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos diferenciados em relação ao mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	2023	2022
<u>Ativo</u>			
Contas a receber	(a)		
CSN Cimentos		1.810	-
CSN Energia		-	245
		1.810	-
<u>Resultado</u>			
Venda de energia	(b)		
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.		-	29.010
CSN Cimentos		15.906	-
CSN Energia		384	245
		16.290	29.255
Compra de energia	(c)		
Santa Ana Energética S.A.		-	682
		-	682
Serviço de O&M - Despesa	(d)		
Brookfield Energia Renovável S.A.		-	955
		-	955

- a) Contas a receber de outras empresas do grupo;
- b) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- c) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo;

Conforme acordado entre as partes, referente à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

18 Instrumentos Financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	33.058	33.058	Nível 2	12.597	12.597	Nível 2
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	898	898		7286	7286	
Contas a receber de Concessionárias	6	2.127	2.127		5.261	5.261	
		3.024	3.024		12.547	12.547	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	7	410	410		126	126	
Arrendamento		-	-		193	193	
		411	411		319	319	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

19 Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui contingências classificadas como provável. No processo de análise das causas efetuado pela Administração da Companhia e seus consultores jurídicos foi considerada a real configuração de contingência, assim como foi avaliado o risco financeiro envolvido.

Contudo, a Brasil Central tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificado pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ações tributárias	1.879	1.665
	<u>1.879</u>	<u>1.665</u>

20 Gestão de risco financeiro

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) Risco hidrológico

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado spot ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado Generation Scaling Factor (GSF), fazendo com que a controlada da Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a controlada da Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) Risco de não renovação da autorização

A controlada da Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a controlada da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

viii) Derivativos

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, a Sociedade e sua controlada não negociaram com instrumentos financeiros derivativos.

21 Seguros

A Controlada da Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 4.320 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2022).